

Militares revolucionários e os impasses da luta armada*

*Wilma Antunes Maciel***

Resumo. O objetivo deste artigo é abordar o engajamento de militares dissidentes das Forças Armadas nos movimentos de guerrilhas contra a ditadura militar. Com base em processos da Justiça Militar e entrevistas, será analisado o militarismo das organizações em oposição à prática de um trabalho político. Esses impasses e a influência dos militantes com formação militar foram causa de tensões e rupturas nos grupos armados.

Palavras-chave: Luta armada; Ditadura militar; Militares de esquerda.

Revolutionary military people and stalemates of armed warfare

Abstract. Current paper deals with the involvement of dissident military people of the Brazilian Armed Forces in guerilla movements against the military dictatorship. The militarism of organizations, as opposed to political negotiations, is investigated, based on processes filed in military courts and on interviews. Stalemates and the influence of military people with military training were the cause of tension and ruptures in armed opposition groups.

Keywords: Armed struggle; Military dictatorship; Military people of the Left.

Los militares revolucionarios y los obstáculos de la lucha armada

Resumen. El objetivo de este artículo es estudiar el compromiso de militares disidentes de las Fuerzas Armadas con los movimientos de guerrillas contrarios a la dictadura militar. A partir de los procesos judiciales de la Justicia Militar y de entrevistas, será analizado el militarismo de las organizaciones en contraposición a la práctica de un trabajo político. Estos obstáculos y la influencia de los militantes con formación militar fueron la causa de tensiones y rupturas en el seno de los grupos armados.

Palabras Clave: Lucha armada; Dictadura militar; Militares de izquierda.

* Artigo recebido em 21/04/2014. Aprovado em 30/04/2014.

** Doutora em História Social pela USP, São Paulo/SP, Brasil. E-mail: wimaciel@yahoo.com.br. O artigo apresenta parte da análise abordada no quarto capítulo de minha tese de doutorado, apresentada no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (USP) em 05/03/2010.

Ao questionar a inevitabilidade do golpe de 1964, Jacob Gorender assinala que havia um fato novo na época: a participação política dos subalternos das Forças Armadas apresentando reivindicações próprias ao Exército, Marinha, Aeronáutica e Polícias Militares, causando enorme preocupação na alta oficialidade. O fator novo devia-se à autonomia dos movimentos em relação à direção de oficiais (GORENDER, 2001, p. 112).¹ Pode-se acrescentar ainda o lançamento de candidaturas dos militares de baixa patente nas eleições proporcionais. A participação dos militares nas lutas políticas, no início dos anos de 1960, fundava-se em um grupo de militares com demandas próprias atuando em associações de classe, ainda que inseridos num conjunto de lutas sociais mais amplas do período.

Após o golpe civil militar de 1964 que depôs o presidente João Goulart seguiu-se nos meios militares intensa repressão, com milhares de oficiais e subalternos cassados das fileiras do Exército, Marinha e Aeronáutica. Os sargentos começam a se articular já na prisão no navio Raul Soares, onde ficaram durante algum tempo. Nos anos seguintes, parte desses militares que atuaram no pré-64 vão se engajar na luta armada nas várias organizações que surgem ou que se rearticulam a partir das já existentes no período anterior como Ação Popular (AP) ou a Política Operária (Polop).

Ao se afastarem da identidade militar, presente desde a sua formação, os militares vão aderir a uma identidade ideológica numa luta mais ampla em grupos heterogêneos compostos de vários segmentos das classes sociais civis. Entretanto, a marca da instituição castrense permanecerá, ser militar é algo definitivo na vida desses sujeitos sociais.

Um dos problemas enfrentados pelas organizações eram as formas de luta, privilegiar um trabalho político ou se dedicar às ações armadas, dadas as dificuldades de organização em face da repressão que se instalou. Esse impasse

¹ O autor lembra que o único precedente fora a Revolta da Chibata dos marinheiros em 1910.

vai gerar atritos e divisão dentro das esquerdas armadas. Em função dos objetivos de um projeto revolucionário que tem na luta armada uma valorização dos atributos militaristas dos militares, característica daqueles que tinham formação militar, os militares serão associados ao militarismo que também é assumido por muitos civis. Na impossibilidade de colocar em prática um trabalho político que organizasse as massas para a luta contra o regime, o militarismo e o isolamento social a que foram submetidos serão associados às causas da derrota.

Nas organizações armadas durante o regime militar, o grupo de militares esteve disperso, mais em umas, menos em outras, fazendo parte de um movimento maior composto também por civis numa luta de caráter nacional com objetivos mais amplos. Portanto, eles não se constituem como um grupo militar atuando em conjunto, mesmo tendo participação expressiva após o golpe e em algumas tentativas de levantes militares, até mesmo por força da repressão, eles estiveram integrados aos demais civis nas diversas organizações.² Por outro lado, estudamos os militares que atuaram na oposição ao regime, sempre com a preocupação de analisar suas ações e presença marcante nos grupos armados em função dos valores e da socialização profissional que receberam dentro das Forças Armadas, e como foram julgados nos tribunais militares.³

A respeito dos processos judiciais, a tramitação inicia-se quando o juiz recebe a denúncia do crime e finaliza-se com a sentença, podendo haver recurso do Ministério Público ou da defesa ao Superior Tribunal Militar (STM) ou, finalmente, para o Supremo Tribunal Federal (STF), onde a sentença é definitiva e irrecorrível. Anteriormente à instauração do processo, há a etapa de formação

² Encontram-se casos em que os militares esconderam a sua condição de ex-militares ao serem presos, pois o fato de terem pertencido às Forças Armadas várias vezes foi invocado pela acusação nos tribunais, como um agravante. Além de que, também, provocava a fúria dos agentes dos órgãos de repressão.

³ Os processos que analisamos tramitaram na esfera da Justiça Militar entre 1963 e 1979, reunidos no Projeto Brasil: Nunca Mais (BNM). Os documentos encontram-se no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) na Unicamp/SP.

do Inquérito Policial Militar (IPM), que será a base para o procurador oferecer a denúncia de crime.

Uma das características dos processos judiciais é a diversidade de informações constantes em diferentes documentos e momentos, seja em relação aos representantes da Justiça, da defesa e dos próprios réus. Relatórios de IPM, depoimentos de testemunhas, informantes – no caso dos militares, eles prestavam depoimentos a seus superiores hierárquicos –, réus, sentenças e, ainda, as razões de acusação e defesa, portanto, diferentes versões sobre os mesmos acontecimentos.

Aos historiadores do regime militar coloca-se o problema das fontes, basicamente as oficiais e as produzidas pelos órgãos de repressão policiais e judiciais. As objeções surgem quando se trata de trazer a história dos opositores e atingidos que são pertinentes, pela forma como foram produzidas, principalmente nos interrogatórios da fase policial, quando os acusados não contavam com a presença de advogados, e, na maioria das vezes prestados em locais clandestinos, incomunicáveis e sob tortura.

Já a documentação do Projeto *Brasil: Nunca Mais* (BNM) refere-se à fase judicial, em que o preso contava minimamente com alguns “direitos”, como os depoimentos em juízo, onde era possível retificar ou negar as declarações anteriores. Por isso, são documentos que têm sido reputados como válidos para gerar um conhecimento a respeito da história dos atingidos. Essa documentação oficial permite, ainda, revelar por meio dos depoimentos e outras falas constitutivas dos processos, tomados os devidos cuidados interpretativos, como eram construídas e reconstruídas as histórias, tanto da repressão judicial como dos atingidos por ela.⁴

⁴ Importante lembrar que os representantes da Justiça Militar muitas vezes repetiam as informações da fase policial, ou seja, construíam suas versões que eram reconstruídas por meio das contestações dos advogados de defesa, que alegavam vício de origem que comprometia a formação de convicção pelo juiz, e também eram reconstruídas pelas declarações em juízo dos réus.

Acerca das discussões em torno do militarismo e do trabalho político, como se dividiam as organizações? Grupos como a Política Operária (Polop), o Comando de Libertação Nacional (Colina), a Vanguarda Armada Revolucionária (VAR-Palmares) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) defendiam a necessidade de um trabalho de massas, de conscientização junto aos movimentos populares. Os grupos denominados militaristas, como a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e a Ação Libertadora Nacional (ALN), achavam que as ações armadas eram mais importantes e teriam um caráter exemplar junto à população. Todavia, essa divisão não é estanque, organizações que defendiam o trabalho político acabaram tendo que se dedicar às ações armadas e as militaristas também tentaram o trabalho político e, ainda, no interior das organizações havia as duas correntes.

Quando se trata de entender o que foi a experiência da luta armada no Brasil, é quase que unanimidade a ideia de que as causas da derrota devem-se ao isolamento social e a falta de um trabalho político, principalmente por parte dos próprios participantes da luta armada. A pergunta é até que ponto os historiadores assumiram essa visão? Não estaremos sendo influenciados pelas explicações dos sujeitos históricos, cujas experiências estudamos? Entre os nossos entrevistados, o sentimento da derrota é um ponto de convergência, não só deles, mas também nos livros autobiográficos e nas inúmeras conferências, encontros e debates sobre o regime militar, declarações nos processos judiciais, e é natural que diante de uma derrota se busquem suas causas. É Flávio Tavares que lembra que hoje é fácil afirmar que:

era uma aventura pouco condizente com a realidade ao seu redor. (Até porque nós fomos os derrotados e qualquer teoria é irrefutável para explicar a derrota). [...] A globalização daqueles anos era o exemplo do Vietnã em armas desafiando a maior potência militar do mundo, ou a revolução cubana a 70 milhas

de Miami, [...] e todos aqueles negros norte-americanos sacudindo o poder que os oprimira durante séculos. A globalização de ontem não era a do ansioso consumo irrestrito de hoje, mas estávamos também globalizados naqueles anos 60, quando esta palavra nem sequer era usual. A capacidade de indignar-se invadia o globo, nos globalizava (TAVARES, 1999, p. 188-189).

Essa análise ajuda a entender as motivações e a justeza da causa, mas, como toda teoria é irrefutável quando se trata de derrotados, permanece a interrogação. Jacob Gorender, em entrevista para um documentário sobre a esquerda e sua militância no Partido Comunista Brasileiro (PCB) quando se refere à luta armada, afirma que “a história mostrou que estávamos errados” (DOCUMENTÁRIO, 2009), mas que foi digno, a vanguarda militar demonstrou valentia, não se entregou ao inimigo, a esquerda não tem do que se envergonhar. Novamente, entendemos os imperativos que se colocavam àquela geração de esquerdistas revolucionários. Não se pretende aqui descobrir a causa da derrota, mas contribuir com algumas reflexões para o debate sobre os impasses entre o militarismo das organizações e a necessidade de um trabalho político. Também, é importante ressaltar a brutal diferença na correlação de forças entre os órgãos de repressão do Estado, com um aparato militar e econômico que se renovava, e, as organizações que refluíam diante dessa investida.

Militarismo e trabalho político

No processo de luta armada, um dos pontos importantes que marcavam a relação entre os militares e os civis eram as discussões em torno do militarismo e do trabalho político, as quais levaram à união e ao rompimento das organizações. Um dos fatores para a compreensão dessa oposição entre militarismo e trabalho político pode ser entendido, na análise do historiador Daniel Aarão Reis Filho, sobre as esquerdas que se formaram no pós-64, e está inicialmente na perplexidade e frustração com a derrota de 1964. As novas

organizações tentam romper com as influências e erros do PCB, que preconizava o caminho pacífico por meio das reformas, e passam a priorizar a prática e a luta imediata. O trabalho político era associado a reuniões e discussões que não repercutiram em ações positivas quando ocorreu o golpe. Outra influência importante eram as experiências de luta armada vitoriosas da revolução cubana e da guerra do Vietnã (REIS FILHO; SÁ, 2006, p.22-23) De acordo com o autor, há uma perspectiva ofensiva, de luta pela revolução (REIS FILHO, 2006, p.16).

Franklin Martins, um dos participantes do sequestro do embaixador dos Estados Unidos em 1969, no depoimento para o documentário *Hércules 56*, afirma que o golpe de 1964 foi um trauma e explica as opções da esquerda.

Nós tivemos um golpe sem resistência; nos prometiam que iam resistir, e fomos derrotados sem dar um tiro. Acho que a partir dali temos uma coisa na política brasileira: nós não queremos mais falar muito, queremos fazer. Porque antes de 64 havíamos falado um bocado e, na hora H, não havíamos feito (DA-RIN, 2007, p. 294).

Mesmo os grupos que defendiam a necessidade do trabalho político e organização popular não descartavam as ações armadas e defendiam um desenvolvimento político-militar como forma de luta. O grupo Colina, nos seus documentos, declara:

O trabalho político, nesse início são os próprios combates: as emboscadas que se preparam às colunas inimigas, a desmoralização do Exército [...] Outras condições de sobrevivência física, de condições militares, de tática guerrilheira que determinam a continuidade do trabalho político (e, às vezes, se constituem no próprio trabalho político) são a flexibilidade, a surpresa, os ataques fulminantes etc. [...] para se continuar defendendo a necessidade de uma transformação, de uma mudança do poder para as mãos do povo, para se fazer propaganda da luta armada é preciso combater, é preciso fazer a luta armada, é preciso sobreviver militarmente (REIS FILHO; SÁ, 2006, p. 190).

Consideravam a preparação militar e o conhecimento e manejo das armas e explosivos fundamentais, mas a preparação política daria as condições para o combatente suportar a realidade do dia a dia da vida guerrilheira, “a escola de recrutas de que nos fala Guevara dedica grande parte do tempo na formação política dos quadros. No Vietnã a preparação política é mais importante que a preparação militar” (REIS FILHO; SÁ, 2006, p. 202). Os guerrilheiros deveriam ter a consciência política de que a luta armada não é apenas a solução para a América Latina. O documento, no que diz respeito ao intelectual, cita que acima da sustentação ideológica estava o comprometimento com o povo e com o seu destino, condição essencial para poder suportar as adversidades.

Quando se unem Colina e VPR formando a VAR-Palmares, a nova organização declara no seu programa a busca de uma aliança político-militar. O isolamento das massas trabalhadoras os colocava numa situação defensiva, que só poderia ser rompida com a organização e conscientização das massas.

Isso pressupõe a utilização, desde já pela vanguarda, da violência revolucionária, mas pressupõe também lutas políticas de massas, sua experimentação política e o desenvolvimento de sua consciência de classe. Forja-se, assim, a superação do estágio de dispersão política e do isolamento da vanguarda com as massas. É nesse processo que se formam as múltiplas formas de organização das classes revolucionárias, a principal das quais é o exército revolucionário. (REIS FILHO; SÁ, 2006, p. 344).

Os problemas práticos com que se defrontavam eram a clandestinidade, as dificuldades de reuniões entre os próprios integrantes do grupo e o cerco policial. Diante desse quadro, o que preponderava eram as inúmeras ações armadas, praticadas pelos denominados militaristas, principalmente aqueles militantes que tinham formação militar.

O sargento Darcy Rodrigues afirma que a união com o grupo Colina foi uma tentativa de unificação da esquerda, pois tinham consciência da fragilidade em que se encontravam. Formada a VAR-Palmares, surge “a

necessidade de fazer uma grande ação que iria nos libertar do banco nosso de cada dia”.⁵ No processo BNM 95, que trata da fusão do Colina com a VPR, há dois Autos de Qualificação e Interrogatório que apontam a influência que os militantes de origem militar impunham às organizações.

Antonio Roberto Espinosa, no seu depoimento, conta como o ex-sargento Onofre Pinto se impôs na direção que dividia com João Quartim de Moraes e Waldir Sarapu, e acabou expulsando o primeiro e também Wilson Egidio Fava e Renata Ferraz Guerra de Andrade.⁶ No entanto, essa liderança é aceita pelos demais militantes, pois quando Onofre é preso

estabeleceu-se uma espécie de crise política na VPR, pois, entre outros, Claudio de Souza Ribeiro e “Bacuri” não concordavam com uma direção que obedecia, por assim dizer, a linha preconizada pelo prof. João Quartim de Moraes, quando pertencia à organização, qual seja, uma condução política, contrariamente a Onofre Pinto, que sempre pretendeu imprimir um caráter mais militar à organização (BNM 95, fl. 40).

Em função dessa crise é convocado um congresso para se escolherem os novos dirigentes. Também se percebe neste depoimento a participação preponderante dos ex-militares nas ações armadas, demonstrando dessa forma como vai se consolidando a influência do militarismo na organização. João Quartim relembra que, quando fazia parte da VPR, propôs que a luta deveria privilegiar a propaganda “que permitisse travar a luta teórica e política com intensidade e impacto correspondente aos das ações armadas. Onofre objetou-me que isto significaria retornar aos métodos da esquerda tradicional” (MORAES, 2003, p. 230).

⁵ Entrevista concedida à autora em 06/09/2008, na cidade de Bauru/SP. A denominada grande ação foi o roubo do cofre do ex-governador Adhemar de Barros, que teve a participação de vários militares e que rendeu a quantia, segundo Darcy, de US\$ 2.456.400,00 dólares, o que permitiu um recuo nas ações armadas.

⁶ A expulsão também acontece em função das divergências acerca da saída do capitão Lamarca do quartel e a série de ações que pretendiam fazer. Ver: (CARVALHO, 1998, p. 76).

O outro depoimento é o de José Olavo Leite Ribeiro, no qual também aparecem os conflitos em torno do trabalho político e do militarismo. Alguns meses após a união do grupo Colina com a VPR, surgem as divergências e ocorre o denominado “racha dos sete”, em que se dividiram os que eram a favor de uma ou outra linha política a ser adotada pela organização. Segundo José Olavo:

o chamado “racha” pode ser considerado o início do fim da VAR Palmares, que, o interrogando não participou do congresso em que ocorreu o “racha” e nem mesmo das escaramuças preliminares; que, o imputado soube na ocasião, que Carlos Lamarca e os militares pertencentes a VAR, a saber: Darcy Rodrigues, José Mariane, José Araújo da Nóbrega e alguns outros mesmo sem vinculações militares, haviam cindido com a VAR, sendo que de início se verificou o chamado “racha” dos sete e posteriormente esse racha se ampliou com a adesão de outros elementos da VAR para com o grupo do capitão Lamarca. [...] que, um dos motivos do racha, além das divergências no que concerne ao encaminhamento das ações, pois ao tempo em que os elementos da VPR se preocupavam mais com a prática de atos de cunho militar, os que permaneceram na VAR pretendiam dar uma orientação mais política, dando atenção especial ao trabalho de massa, contrariamente à opinião dos liderados por Lamarca, que tinham como preocupação principal as manobras guerrilheiras (BNM 95, fls. 676/677).

De acordo com esse depoimento, os militaristas impunham uma prática de manobras guerrilheiras e de propaganda armada e a crítica que José Olavo faz é a de que “estavam se transformando em um bando armado e não mais uma organização política; que o crescimento fora apenas através da fusão Colina – VPR e não através de um encaminhamento político bem dirigido” (BNM 95, fl. 677). Ele argumenta que estavam se isolando das massas, mas os militaristas acreditavam que a revolução teria início no campo e que nas cidades não havia possibilidade desse vínculo e que o importante seria a organização de uma vanguarda atuante.

Esclarece ainda que os denominados políticos permaneceram na VAR-Palmares, pois acreditavam que a revolução teria de combinar as duas formas

de luta: armada e política. Apesar de se colocar contra a prática dos militaristas, no final do depoimento não os condena, pois, apesar de a VAR não ter conseguido levar adiante a sua linha política, a motivação da luta era justa. Quanto aos atos de violência declara que:

ninguém em sã consciência se integraria a um grupo daquela natureza para praticar terrorismo ou pregar a violência pela violência; que aduz ainda, que a forma de luta pode estar errada, mas o objetivo do embate é comum a todos, qual seja a procura de melhores condições de vida para a população; [...] não se pode igualmente condenar o ideal que motivou a luta, sendo que esse ideal só a história dirá se estava certo ou errado (BNM 95, fl. 679).

O fato de José Olavo não condenar as ações armadas pode explicar não somente o sentimento de justiça da causa, mas também a compreensão de que, no cotidiano das organizações e na situação de clandestinidade em que viviam, essa prática tornava-se necessária à própria sobrevivência dos grupos. Ainda sobre essa polêmica nas organizações é interessante o que nos relata Ariston Lucena, que foi da VPR e esteve no treinamento de guerrilha no Vale do Ribeira, sob o comando do capitão Lamarca e outros militares. Ariston lembra que a química do militarismo tinha tomado conta das organizações e dos militantes, apesar de valorizar a chegada ao Vale de militantes com formação intelectual e política como Juarez Brito, Maria do Carmo Brito, Iara Javelberg e Herbert Eustáquio de Oliveira, o que proporcionou reuniões e iniciaram cursos de marxismo. O trabalho político era importante, mas

tinha uma influência muito forte do militarismo dentro da organização, a química do militarismo, até porque era uma tradição histórica da VPR essa coisa marcadamente patrocinada e desenvolvida pelo Onofre Pinto, que teve um papel fundamental em mudar a linha política. Quando começou a luta armada o pessoal da dissidência da Polop que configurava o MNR começou a querer recuar e o Onofre deu um chega pra lá em todo mundo e assumiu o comando da organização. [...] Ele tinha muito poder na organização, [...] fazia os contatos com o pessoal nos quartéis e mesmo da cadeia tinha essa influência, essa determinação, eu não tenho dúvida, era o Onofre e o grupo

dele, e nesse grupo tinha gente que não era militar cassado, o Diógenes Oliveira não era militar, a Dulce Maia não era e muitas outras pessoas, que não eram militares.⁷

No entanto, essa visão e aceitação do militarismo, por parte dos civis, devem ser problematizadas e inseridas no contexto histórico da época, que foi de rompimento com o PCB e suas teses de caminho pacífico para a revolução, e a não resistência ao golpe de 1964, bem como a análise dos objetivos das organizações, no que diz respeito à linha político-militar. Até que ponto pode-se matizar ou enfatizar esse papel dos militares?

Um exemplo dessa problematização é o fato de que nem sempre os militaristas ou militares defendiam a ação. Em entrevista que nos concedeu, o sargento José Araújo da Nóbrega, que pertenceu à VPR e VAR-Palmares, lembra que nessa última alguns militantes descobriram que a estátua de Caxias, patrono do Exército, localizada na avenida Rio Branco em São Paulo, era oca por dentro e propuseram explodir a estátua no dia do soldado para desmoralizar a ditadura. O pessoal da direção que seguia a linha política até achou a ideia boa, mas a ação foi vetada, por motivo de segurança. Segundo José Nóbrega:

Os militares foram contra. Tínhamos um problema estrutural, gente sendo presa o tempo todo. Fizemos o cofre do Adhemar para se estruturar melhor, porque tínhamos que fazer assalto a banco todo dia. A quantidade de pessoas na clandestinidade era muito grande, cerca de duas mil pessoas, que não podiam trabalhar, e tinham que comer, morar, se locomover, e a organização tinha que manter esse pessoal, era uma folha de pagamento grande; portanto, é preciso saber o que tinha por trás dos assaltos a bancos.⁸

Por outro lado, sobre os militaristas recaía a crítica de que eram refratários à discussão sobre os pressupostos teóricos que as organizações deveriam adotar e que só se preocupavam com a prática que eram as ações

⁷ Entrevista concedida à autora em 22/03/2008, na cidade de São Paulo/SP.

⁸ Entrevista concedida à autora em 18/10/2008, na cidade de Jacupiranga/SP.

armadas e, nestas tarefas, se sobressaíam os de origem militar, até pela própria formação. O sargento Darcy Rodrigues afirma que não tinha como ser diferente:

Eu vou para o setor de ação, tenho formação técnica, a discussão política passa a ser secundária, eu vou responder a quê? A necessidade da ação, aí eu ganhei o título de militarista, que eu acho extremamente injusto, não é que eu superestimasse a ação em detrimento da discussão. Acontece que o comando baixava as ordens: um comandante do setor político chega e me diz: “nós precisamos que seja feita uma ação amanhã de manhã para conseguir dinheiro”. Eu digo que não tem nada preparado, mas ele insiste que tem que ser feito e que até já viu um objetivo e me leva para frente de um banco na Vila Mariana. Vejam o absurdo! Olhamos rapidamente o banco à noite, pois não podíamos ficar parados para não chamar atenção. Vamos para o aparelho, rascunhamos uma ação e, no dia seguinte, estou eu com o meu grupo para fazer a ação. Por sorte, o resultado foi positivo.⁹

Essa questão não se circunscreveria somente à VPR, mas envolveria as organizações e os militantes em geral. João Quartim em entrevista que nos concedeu afirma que todos na organização eram a favor da luta armada. “Não quer dizer que os militaristas queriam fazer ações armadas e os massistas, não, ou que fossem contra”.¹⁰ Tratava-se de privilegiar um aspecto em função de outro, dependendo do momento vivido. Ele afirma que defendia que depois do AI-5 deveriam recuar, aprofundar na clandestinidade e fazer um trabalho em longo prazo. A este respeito encontra-se no processo BNM 153 uma tentativa semelhante feita pela ALN, iniciada em 1968 na região de Conceição do Araguaia no Pará. Um grupo de militantes dirigiu-se para a região com o intento de realizar um trabalho político com a população com vistas a organizar uma coluna guerrilheira posteriormente. Participavam do Movimento de Educação Básica (MEB), tinham apoio de padres da região e utilizavam-se da

⁹ Entrevista concedida à autora em 06/09/2008. Darcy ainda relata que houve alguns incidentes pelo fato de não conhecerem a agência.

¹⁰ Entrevista concedida à autora em 07/09/2009 na cidade de São Paulo/SP.

rádio da prelazia. Começaram também a organizar um atendimento médico para a população, o militante José de Jesus Monteiro conseguia amostras e remédios para distribuir à população.

Na denúncia consta que os acusados tinham a missão de subversão da ordem política e social, pois o MEB se constituía num campo para desenvolverem suas atividades ilícitas, e ainda fizeram “levantamento de áreas onde pretendiam fixar as bases de sua organização, até o aliciamento de lavradores para a luta armada, através de reuniões e programas radiofônicos” (BNM 153, fl. 4). Eles atuaram na região até 1969, quando foram presos por essas atividades. O Relatório de Inquérito Policial Militar (IPM) do tenente coronel Mauro Amâncio de Souza em 1971, afirma que:

dada a evidência dos fatos, podemos concluir, sem possibilidades de erro, que longe do que se poderia pensar as atividades de tais elementos não estavam por iniciar, pelo contrário, se encontravam muito além, pois, já haviam atingido a chamada etapa das tarefas revolucionárias em Conceição do Araguaia, [...] encontraram campo favorável às suas atuações extremistas, [...] conseguiram ocupar importantes cargos no Movimento de Educação de Base (MEB). Tais elementos, valendo-se das funções que exerciam, além de procurarem doutrinar e converter seus companheiros de trabalho, faziam a penetração ideológica vermelha em toda região [...] o mais ativo e preparado do grupo, estava criando em toda a área um clima de comoção político e social, por meio de palestras e notícias tendenciosas, emitidas através da emissora local (BNM 153, fls. 172-173).

O relatório informa que os acusados tomaram conhecimento da atuação do grupo por dois padres que, apesar de esquerdistas, haviam solicitado a demissão dos indiciados do programa de educação. O que não aconteceu por interferência de outros dois padres. O militante Tito Guimarães Filho “fez reuniões com os camponeses, procurando doutriná-los e incitá-los à violência para solucionar as questões de terras ali existentes” (BNM 153, fl. 173). A ALN do Pará não atuava só na capital, mas também na região de Vigia, Macapá, km 48 da rodovia Belém-Brasília, Marabá e Imperatriz. O militante José de Jesus Lima Monteiro, que pertencera ao “Partidão” e que agora seguia a “linha Diálogos (Maringá. Online), v. 18, n.1, p. 93-119, jan.-abr./2014.

Marighella”, participou de reuniões “onde lhe foi atribuída a missão de trabalhar para a organização no campo da medicina sem locais pré-determinados, a fim de facilitar o trabalho de aliciamento” (BNM 153, fl.174). Investigando a vida pregressa do indiciado junto à Polícia Federal, recebem a informação de que ele participou do Movimento Familiar Cristão e da organização de movimentos como a Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Estudantil Católica (JEC) e Juventude Operária Católica (JOC); enfim, com a série de prisões, descobrem que possuíam armas e que havia dois sargentos e um policial da região participando das reuniões e que iriam dar instruções de tiro.

A defesa vai alegar que a denúncia é improcedente, não há nada de concreto, a acusação se apoia em testemunhas que afirmam que o Dr. Monteiro atendeu pessoas de sua família, prometeu arrumar remédios e quando regressou de Belém entregou os remédios prometidos. O advogado Francisco Cardoso de Vasconcelos argumenta: se forem verdadeiras estas afirmações,

seria de fazer-se a seguinte pergunta: como médico, o acusado estaria proibido de exercer a sua profissão, isto é, de atender doentes, receitar, praticar, enfim a medicina? Então, atendendo doentes, gratuitamente ou a qualquer título, estaria o réu aliciando colonos, mesmo que procurasse o interior do Estado para exercer o seu mister de médico! Pergunta-se mais: a atividade do acusado, de praticar medicina caracteriza o crime de subversão? O exercício da medicina é, então, atividade revolucionária? (BNM 153, fl. 550).

O problema é que para os representantes da Justiça Militar aquela prática de medicina era revolucionária e a legislação tinha o artigo próprio, aquele que enquadrava a tentativa de provocar a guerra revolucionária, o artigo 23 do Decreto-Lei 314/67, com a mesma redação no artigo 25 do DL 898/69, porém com as penas aumentadas. O trabalho político, mesmo que num primeiro momento não chamasse a atenção como uma ação armada, também estava passível de sofrer repressão e, mesmo, ser inviabilizado. Os movimentos

eram vigiados, os agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS) estavam por toda parte. Nesse processo, as acusações eram de reuniões, conversas com os moradores da região, livros que foram encontrados entre os pertences dos réus e, ainda, o fato de descobrirem que pertenciam à ALN.

No processo de luta armada o que se verifica é que tanto os militaristas tentaram fazer um trabalho político, como os denominados massistas acabaram entrando na roda viva de ações armadas, a própria clandestinidade exigia isso. O capitão Lamarca teria dito que “tarefa militar é tarefa política”, e sua trajetória mostra esse impasse que viviam. Quando estava se dirigindo para a Bahia já no MR-8 afirmava que a luta não estava nos planos, ela se dera por necessidade e o Vale do Ribeira foi um treinamento, e faz uma crítica ao militarismo, dando prioridade ao político, “achava que se devia dar mais ênfase ao trabalho de organização das massas, embora com objetivos militares, no qual o militante se integrasse com o povo para, mais tarde, fazer ações armadas” (JOSÉ; MIRANDA, 2000, p. 100).

Ainda, segundo Lamarca, na VPR sempre houve preocupação com o plano político, mas na prática isso não acontecia. Mesmo com essas ideias que ele transmitia ao integrante do MR-8, os militantes dessa organização ainda pensavam em fazer uma grande ação para conseguirem uma base econômica que mudasse o rumo e “uma forma de sair do círculo vicioso: ação armada, queda, dinheiro pra repressão; ação armada, mais dinheiro, gastos com aparelhos, viagens, novas prisões, mais dinheiro pra repressão...” (JOSÉ; MIRANDA, 2000, p. 100).

Antonio Gramsci, nos seus *Escritos políticos* de 1925, assinalava a necessidade da preparação ideológica das massas e afirmava que: “a preparação ideológica de massa é uma necessidade da luta revolucionária, uma das condições indispensáveis para a vitória” (GRAMSCI, 2004, p. 297). Entretanto,

percebia que os quadros dirigentes do movimento operário não podiam mais atuar como no período anterior a 1921. As organizações e manifestações de massa não existiam mais, e os que eram mais atuantes eram perseguidos e vigiados; não existiam as possibilidades de atividades e discussões que havia no período de democracia e liberdade.

Para Gramsci, mesmo que os membros do partido sejam “homens sinceros e de vigorosa fé revolucionária, [...] delinea-se assim um perigo muito grave: a massa do Partido – habituando-se, na ilegalidade, [...] [passa] a considerar como possíveis e organizáveis imediatamente apenas as ações de pequenos grupos (GRAMSCI, 2004, p. 390). Segundo ele, essa prática acaba por levar a incapacidade de vencer o inimigo, e, apresenta outro problema: a dificuldade de reorganização do movimento operário após um período reacionário, pois as massas temem uma volta à situação anterior. O Partido por sua vez manteria a prática da ação sem avaliar as relações de força, o estado de espírito das massas, as condições de armamento, por fim ele lembra que é difícil que esses erros não aconteçam, para tanto é necessário um trabalho ideológico e político dos membros do partido (GRAMSCI, 2004, p. 291).

Se a organização é difícil após um período reacionário, guardadas as diferenças e especificidades do fascismo italiano em relação ao regime militar no Brasil, como resolver esses impasses durante o período reacionário? Um caminho para a busca dessa compreensão pode ser lembrar que o militarismo das organizações acontece em função do objetivo que é de um projeto revolucionário que só pode ser posto em prática por meio de uma luta armada. Projeto esse que envolve uma valorização, por sua natureza, das práticas militaristas dos militantes, o que significa que a participação de militares na luta armada, portadores dessa característica, será ao mesmo tempo de convergência com o projeto revolucionário e de divergência com a prática política também necessária para o êxito da revolução. Como esse projeto foi frustrado,

buscaram-se as causas naquilo que foi mais difícil de pôr em prática, ou seja, o trabalho político, e “culpou-se” o militarismo.

Na entrevista de Daniel Aarão do MR-8 concedida à pesquisadora Denise Rollemberg, não são as respostas do entrevistado, mas uma pergunta que suscita algumas reflexões importantes. A questão é a respeito do momento em que ele chega à Argélia, com o grupo de libertos trocados pelo embaixador alemão, no sequestro feito pela VPR e ALN. Teria ele já intuído a derrota do militarismo? Daniel Aarão afirma que já haviam produzido um documento com essa autocrítica, ele pertencia ao quadro político do MR-8, e naturalmente se preocupava com a predominância e valoração das ações armadas em relação ao trabalho político ao qual pertencia, mas, mesmo fazendo a crítica, revela que:

Minha experiência militar era praticamente zero, algumas ações armadas não tinham me despertado nenhuma vocação assim militar [...] o que se prezava muito era exatamente aqueles que tinham mais disposição para fazer ações armadas, mais habilidades técnicas para se sair bem em ações armadas, [...] nós olhávamos com certa admiração os sargentos da VPR, que tinham uma experiência de treinamento militar e uma habilidade técnica muito consideráveis em relação a nós que não tínhamos nenhuma.¹¹

Segundo Daniel Aarão, a reflexão política perdia espaço para a influência do militarismo, e isto é bastante compreensível, a VPR e a ALN fizeram a ação do sequestro que os tinha libertado, afinal estavam na Argélia em função de uma ação armada, as teses de Marighella e Jamil (Ladislau Dowbor) ganhavam as mentes. Daniel afirma que se sentia deprimido, pois mesmo dentro do MR-8 os que se distinguiam, caso de Cid Benjamin, eram aqueles que possuíam as qualidades e habilidades militares, um militarismo que era considerado por ele como primário, ao passo que o lado político seria o mais importante em longo prazo. Segundo ele: “Não eram os que apertavam o gatilho que iam decidir a

¹¹ Entrevista concedida a Denise Rollemberg em 09/11/1996. Coleção Militância Política e Luta Armada/Arquivo AEL, FCI01310-19.

sorte da revolução, mas a reflexão mais geral”. Entretanto, naquele momento, o que contava na distinção entre os grupos era o culto à ação, até porque, segundo ele, eram quase todos muito jovens e a capacidade e habilidade de distinguir certos códigos sempre foi motivo de valorização pessoal entre os jovens e “nós nos distinguíamos, nos valorizávamos pela capacidade de falar com familiaridade das armas, das metralhadoras, dos fuzis, etc., do conhecimento das ações, da capacidade de resistir à polícia e da capacidade de conhecer o campo e as áreas rurais” (Entrevista a Denise Rollemberg/Arquivo AEL).¹²

O paradoxo desses conflitos e questões nos leva de volta à pergunta sobre a derrota do militarismo e à reflexão do então militante Daniel Aarão que, mesmo não tendo empolgação pelo treinamento militar, conclui que as circunstâncias da época assim o exigiam. E que circunstâncias eram essas? A de que se pretendia fazer uma revolução num país governado por um regime militar que chegara ao poder por meio de um golpe de Estado, e cercado de golpes que se disseminaram por todo o continente.

Nesse sentido, o trabalho político, principalmente junto aos setores populares, já havia sido derrotado por ocasião do golpe e a repressão que se seguiu. Ainda assim, houve tentativas de trabalho político que foram levadas a cabo por organizações militaristas como a que foi citada, da ALN do Pará. O militarismo só pode ser entendido se associado àquelas circunstâncias e aos objetivos dos grupos armados, que eram o de um projeto revolucionário de superação do sistema capitalista rumo a uma sociedade socialista.

Cabe ainda outro elemento importante para se analisar, partindo das reflexões de Apolônio Carvalho, ex-militar, militante do PCBR, partido que dava mais ênfase à luta política. Ele afirma que é importante entender por que a luta

¹² Um dos motivos pelo qual Cid Benjamin se destacara foi o momento de sua prisão, segundo Daniel Aarão, considerada uma queda antológica; a polícia o prendeu numa padaria e, por lutar muito bem judô, ele “lutou como um leão ali para não se entregar, a padaria foi toda quebrada e foram necessários muitos e muitos policiais para submetê-lo, e aquilo... a própria repressão falava com muito respeito do Cid”.

não avança, por que para de crescer? As massas tinham sido golpeadas, as lideranças sindicais e políticas presas ou vigiadas. Apolônio de Carvalho lembra que: “Nós saímos de um imenso ascenso de massas muito bonito. Agora, nos chocamos com a posição das classes dominantes, adiantando-se na repressão e na neutralização desses elementos”.¹³ Era preciso, portanto, passar por aquelas formas de reorganização, não após um período reacionário, mas durante, e que vinha crescendo em termos de repressão. A correlação de forças era muito desfavorável, sem nenhum tipo de liberdade. Outro questionamento importante de Apolônio era:

como ganhar as massas? Para uma forma de luta que as deslocaria da sua vida cotidiana; ou que se combinaria com os elementos comuns de sua vida cotidiana, com aspectos inteiramente diversificados; em que elas iriam jogar sua vida, sua condição de família, sua vida profissional. Não se tratava dos jovens estudantes que podiam dispor de suas vocações e de sua vontade. Tratava-se da grande massa trabalhadora com suas vidas diárias, de família, de organização precípua de célula da sua sociedade. Então, ali como ganhar suas consciências para esse salto de qualidade na prática da luta de classes? (Entrevista a Marcelo Ridenti/Arquivo AEL).

Além do impacto da repressão, há outro dado, o tipo de trabalho político que se tinha que fazer para atrair o povo, não era uma luta de participação política, mas revolucionária para se derrubar uma ditadura. Optar pela luta armada, estava implícita a possibilidade de prisão, tortura e morte.

Quando presos, os militantes também podiam ser punidos de acordo com as suas posições no interior das organizações. Nas discussões do “racha dos sete”, a divergência foi tão forte que chegou às barras do tribunal, como vimos, e serviu de medida para as decisões. Na sentença dos militantes da VAR-Palmares é afirmado que o marinheiro Cláudio de Souza Ribeiro:

foi também participante ativo dos congressos de Mongaguá e de Teresópolis, tendo no primeiro comparecido como um dos

¹³ Entrevista concedida a Marcelo Ridenti no Rio de Janeiro/RJ. Coleção Militância Política e Luta Armada. Arquivo/AEL. Fundo FC/001014 e FC/00105.

dirigentes da VPR e no segundo, após abdicar do cargo de ‘comandante’ nacional da VAR-Palmares, acompanhou Carlos Lamarca, no chamado ‘racha dos sete’. Trata-se de um criminoso político perigoso, partidário da luta armada e da violência, que contribuiu de todas as formas para a consecução de seus objetivos (BNM 95, fl. 3378).

Militarismo e trabalho político continuavam dividindo as opiniões até na Justiça, defesas e acusações eram feitas com base no posicionamento dos réus. Aqueles que optavam por organizações que privilegiavam as ações armadas eram julgados de forma mais severa.

Entre os militantes, a importância da decisão pelas formas de luta também permaneciam dentro da prisão e dividia os grupos. Dulce Maia da VPR relata que apesar de ser militarista, não ficava na cela das pessoas que faziam ações, mas no grupo das de apoio, porém, quando foi chamada para que fizesse a opção entre a VAR e o racha em função da divisão que houvera “perguntei: de que lado estão os militares? Então eu fiquei com o racha, mas era bobagem, na cadeia eu não fazia nada, os massistas até tinham razão em parte, a longo prazo, mas, nem hoje fazem o trabalho político”.¹⁴

O sargento José Nóbrega lembra as discussões que teve no “racha dos sete”. Afirma que o trabalho político que propunham era totalmente inviável na clandestinidade em que viviam.

Ações políticas com gente procurada? Fazer trabalho político iria expor os militantes procurados, o grupo não tinha experiência militar, não sabiam como funciona, como se reconhece um policial, participei de investigações na Polícia Federal, esses eram os problemas dos militares, questão de segurança, tive uma discussão feia, saímos no tapa. Cláudio Ribeiro de Souza também discordou”.¹⁵

¹⁴ Entrevista concedida à autora em 20/09/2008, na cidade de Cunha/SP. Podemos até questionar a ideia de que até hoje não há trabalho político, afinal existem inúmeros movimentos sociais; entretanto, a conscientização necessária àquela época é diferente, se levarmos em conta que estes são de inclusão no sistema capitalista, ao passo que aqueles eram de superação do mesmo sistema que ainda impera.

¹⁵ Entrevista concedida à autora em 18/10/2008.

Um dado até paradoxal encontrado sobre esse impasse das organizações armadas são as declarações de Ângelo Arroyo num balanço que fez sobre a guerrilha do Araguaia, realizada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Iniciada em dezembro de 1967, chegou a ter 86 participantes que foram para a região do Araguaia; a mesma localidade que a ALN tinha tentado implantar uma guerrilha, integraram-se aos camponeses e faziam treinamento militar. Após três campanhas do Exército foram totalmente dizimados e 69 guerrilheiros são até hoje desaparecidos. Esse relatório de Ângelo Arroyo, que saiu da região um pouco antes do fim da guerrilha, é considerado um balanço positivo, mas quando avaliam os erros, ele afirma que a causa deles deve-se à inexperiência militar. Na hora do enfrentamento, faltou conhecimento sobre a arte da guerra. Entre os problemas que aponta estão:

O pequeno número de ações militares. Foram poucas as ações para dois anos de luta. Os guerrilheiros ficaram muito presos ao trabalho de massa numa área estreita, não tiveram maior atividade militar. Esta atividade era indispensável, além do mais, porque ajudaria a treinar e condicionar melhor os guerrilheiros. Não se soube dar o necessário equilíbrio entre propaganda armada, criação de uma base política de massas e ações militares. (ARROYO, 1996, p. 59)¹⁶

Não cabe nos limites deste trabalho uma discussão sobre o que era viável ou inviável na Guerrilha do Araguaia. O que nos interessa nesse fragmento é que para as pessoas envolvidas na luta revolucionária é imperativo entender o porquê das coisas terem acontecido desta ou daquela forma, e

¹⁶ Arroyo, apesar de apontar os erros do Comando Militar, principalmente por não tomar as armas ao inimigo, não diminui “o valor e contribuição que deu na realização de tão importante tarefa. Aprende-se a nadar nadando. Aprende-se a lutar, lutando. Os acertos e os erros formam um todo. Uns e outros aumentam nosso conhecimento” (1996, p. 61). Na entrevista que nos concedeu, Ariston Lucena afirma que os guerrilheiros do Araguaia tinham uma deficiência muito grande em armas e que o mesmo não aconteceu quando estiveram no Vale do Ribeira. A fuga que empreenderam, apesar de todo o cerco, além do conhecimento militar do capitão Lamarca, que, segundo ele, sabia as manobras e o tipo de movimentação do Exército, o armamento que possuíam, foi fundamental para que tivessem êxito quando tiveram um enfrentamento com as tropas inimigas.

novamente a causa da derrota foi aquilo que não se conseguiu pôr em prática, neste caso a experiência militar. Vale registrar que na guerrilha do Araguaia identificamos apenas um sargento do Exército, Daniel Ribeiro Callado, morto em 1974.

Outros imperativos da derrota

Ao discutir o ofício do historiador, Edward Hallet Carr afirma que a escrita da história deve se preocupar com o que as pessoas realizaram, sejam vitoriosas ou derrotadas, pois “os fracassos aparentes de hoje podem vir a ser contribuições vitais para as realizações de amanhã [...] A história é, de uma maneira geral, um registro daquilo que as pessoas fizeram, não do que elas deixaram de fazer: nesta medida, é uma história inevitavelmente bem-sucedida” (CARR, 2002, p. 159; 161). E, se a história é o registro daquilo que as pessoas fizeram, conforme Edward Carr, são a essas ações que devemos nos ater, vale dizer, tentar compreender o militarismo das organizações não somente como causa de uma derrota que foi de todos, e aconteceu em função de uma correlação de forças extremamente desfavorável, pois enfrentou a repressão de outro militarismo, o do regime militar.

Nos processos, nas entrevistas, poderíamos citar inúmeros relatos de tortura, aos militares ainda pesava a “traição”. O sargento José Nóbrega afirma que foi torturado durante três dias com choques elétricos, afogamentos, pancadas e chamado de traidor. O general chefe da Polícia Federal, onde ele havia servido, queria a cabeça dele. Encontrou um soldado da sua companhia que o tratou bem e reconheceu outro, seu subordinado, como torturador da Oban.¹⁷

¹⁷ Entrevista concedida à autora em 18/10/2008.

Os órgãos de repressão se sofisticaram, a polícia recebeu “ajuda” dos Estados Unidos para combater a subversão.¹⁸ O sargento Pedro Lobo conta que pesava contra ele a execução do capitão Chandler, que fazia parte desse treinamento. A tortura era um instrumento de dominação e sujeição, uma ferramenta que fazia parte do “trabalho”, mas para quem trabalhavam? Vale citar a fala de um dos nossos entrevistados, um civil, Ariston Lucena, que trouxe ao debate outro setor social, ao final da entrevista, afirmou que gostaria de acrescentar a seguinte reflexão: Contra quem lutávamos?

Era um processo de lutas de classes. Embora pareça que foi uma luta contra a polícia, contra o Exército, era um processo de luta de classes. A gente estava lutando contra a burguesia, que patrocinou, defendeu todas essas arbitrariedades, o atrelamento do país ao capital internacional. E essa burguesia tem nome: são os banqueiros do Itaú, Bradesco, as grandes corporações que estão atreladas ao capital internacional. Era contra esse pessoal que a gente lutava, era contra eles que se deu o embate, embora pareça que foi contra o Exército, a polícia. Nós perdemos porque avaliamos mal o nosso inimigo, o nosso potencial, as nossas capacidades, não tinha trabalho político profundo, onde aconteceu de modo diferente a revolução triunfou, em Cuba, na China, em Angola e outros países. Nunca tivemos consciência desses processos para entender o movimento revolucionário.¹⁹

Apesar de reconhecer a participação do empresariado que atuava em favor de seus interesses econômicos e apoiava a ditadura. Sendo este um dos fatores importantes para a derrota da esquerda armada, permanece a explicação de uma falta de organização capaz de contrabalançar a correlação de forças.

Da mesma forma, Daniel Aarão lembra da participação dos empresários, apesar do protagonismo dos militares, “as lideranças civis foram importantíssimas no período anterior ao golpe, preparando o golpe, e durante a ditadura, os grandes capitalistas deste país, que tiveram extraordinários lucros”

¹⁸ Para uma análise do treinamento às polícias do Brasil pelo Estados Unidos, consultar: HUGGINS (1998).

¹⁹ Entrevista concedida à autora em 22/03/2008.

(REIS FILHO, 2006, p. 7). Podemos ainda, compreender a intensa repressão em razão dos projetos revolucionários das esquerdas que pretendiam não só derrubar a ditadura, mas destruir o capitalismo como sistema. Contudo, para Reis Filho isso só não explica e cita como exemplo a Guerra do Vietnã, onde os revolucionários venceram a máquina de guerra dos Estados Unidos porque obtiveram apoio da sociedade. No caso do Brasil,

a tortura utilizada como política de Estado foi um elemento fundamental para explicar essa derrota tão fulminante, mas o elemento mais importante, sem dúvida, foi à falta de apoio social aos revolucionários. [...] as organizações revolucionárias não tinham o apoio da sociedade. Convocaram, chamaram, propuseram, mas não foram ouvidas, e, então foram fulminantemente destruídas (REIS FILHO, 2006, p. 17).²⁰

E os questionamentos acerca da necessidade de um trabalho político ou de ações armadas de propaganda revolucionária, qual a sua importância? Acreditamos que possa ser um passo importante para aprofundarmos os estudos sobre o projeto revolucionário das esquerdas armadas, das lutas sociais interrompidas no pré-64, como assinala Apolônio Carvalho, e ainda a participação de importantes setores da sociedade no golpe civil militar e na posterior ditadura.²¹

Quanto ao grupo de militares que participaram da luta armada, os primeiros que foram presos ainda conseguiram ser libertos, com o sequestro de diplomatas, mas o restante será eliminado com o recrudescimento do regime, principalmente após o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que suprimiu todas as garantias individuais. No início da década de 1970, os militares capturados tiveram execução sumária ou foram mortos na tortura sem terem a sua prisão reconhecida. Dos sobreviventes, ficou a memória dos anos de luta.

²⁰ Por outro lado, o autor faz um pertinente convite à reflexão: voltar o foco para os vencedores, pois se venceram foram porque tiveram o apoio da sociedade. Portanto, é imperativo estudar as complexas relações entre a ditadura e a sociedade.

²¹ Não esquecendo, a interferência estadunidense que se fez presente nos anos de 1960/1970 no Brasil e na América Latina.

Nas palavras do marinheiro Avelino Capitani: “sonhávamos com a pátria latino-americana, me via como um soldado latino-americano” (2005). Essa ideia do soldado está ligada a um projeto revolucionário, a uma origem social que os remetem ao povo, ao deixarem a identidade militar por uma identidade ideológica à contradição se converge na figura do soldado da revolução. Outro marinheiro, Amarantho Jorge também afirmava: “se os soldados não são patriotas, os patriotas têm que ser soldados”.²² No entanto, o sonho da pátria socialista não se concretizou, mas os militares de esquerda contribuíram com a experiência de sua luta, ao deixarem as Forças Armadas e se unirem à luta armada pela defesa do povo a qual acreditavam que foram formados. Fazem parte não só da história da esquerda, mas também da história das Forças Armadas do Brasil.

Referências

- ARROYO, Ângelo. *Guerrilha do Araguaia*. 3ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 1996.
- BRASIL NUNCA MAIS. *Perfil dos atingidos*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- CAPITANI, Avelino Bioen. *A rebelião dos marinheiros*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- CARR, Edward Hallet. *Que é história*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- DA-RIN, Silvio. *Hércules 56 – O sequestro do embaixador americano em 1969*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.
- DOCUMENTÁRIO da TV Câmara. *Série Memória Política: Jacob Gorender – A Esquerda revelada*. 2009.
- GORENDER, Jacob. Era o golpe de 64 inevitável? In: TOLEDO, Caio Navarro. *1964 Visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

²² Entrevista a Denise Rollemberg. Coleção Militância Política e Luta Armada. Arquivo AEL, e declarações no documentário *Caparuó* de Flávio Frederico/2009.

GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos*. Vol. 2: 1921-1926. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

HUGGINS, Martha K. *Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998.

JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack. *Lamarca. O capitão da guerrilha*. 15ª ed. São Paulo: Global, 2000.

MORAES, João Quartim. VPR: os leninistas e os outros. In: MAZZEO, Antonio Carlos; LAGOA, Maria Izabel (Orgs.). *Corações vermelhos: os comunistas no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.

REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira (Orgs.). *Imagens da revolução*. Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar e revolução socialista no Brasil*. 2006. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/index.php/historia/article/viewFile/213/213>. Acessado: 16 mar. 2014.

TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. São Paulo: Globo, 1999.

